

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional		Tiragem: 121344
Título: 250 anos passados. E o futuro?, por Fernando Bianchi de Aguiar					Temática: Generalista		GRP: 11.7
2006/12/22	JORNAL DE NOTÍCIAS – ESPECIAL	Pág. 54	Imagem: 1/1		Periodicidade: Sem periodicidade		Inv.: 3400.00



Fernando Bianchi-de-Aguiar

Professor Universitário

250 anos passados. E o futuro?

A propósito dos 250 anos da Demarcação Pombalina da Região Demarcada do Douro, hesitei entre fazer a exaltação do pioneirismo desta medida e do acervo regulamentar que lhe está associada, dos valores excepcionais e universais em presença no Douro, ou enveredar por uma breve reflexão, talvez mais difícil, sobre as crónicas dificuldades da Região em explorar as suas potencialidades que tardam em contribuir para a criação de riqueza das gentes que aqui trabalham.

A actividade vitivinícola passou nesta última década a ser também o principal factor de atracção turística centrada na paisagem vinhateira, subproduto notável e obra de arte de autor anónimo.

Todavia e apesar de todas as potencialidades que apresenta, continua a revelar-se uma região com significativos atrasos de desenvolvimento, quaisquer que sejam os índices que se utilizem.

No que toca à actividade vitivinícola, a excessiva dependência do vinho generoso e de comerciantes sediados fora da região, a par da questão da repartição da riqueza, são factores que têm limitado o desenvolvimento e que, a não serem ultrapassados, continuarão a provocar a fuga dos recursos humanos, com todas as implicações que acarreta nos restantes sectores da actividade económica da região.

Não está só nas mãos do Estado inverter esta situação, mas pode contribuir. Desde logo não constituindo um entrave à competitividade do sector, mas garantindo a lealdade de concorrência e dando ao consumidor garantias ao nível da origem e da qualidade dos vinhos produzidos na Região. O figurino e a eficiência Institucional é, neste ponto, crucial. A criteriosa gestão das denominações de origem e uma correcta promoção dos seus vinhos poderão fazer com que mais riqueza fique no Douro e contribuir para uma maior procura, principalmente nos vinhos DOC Douro, para os quais a promoção colectiva foi durante muito tempo quase inexistente.

Mas a responsabilidade primeira é dos privados. É aos agentes económicos do sector que compete cultivar bem as vinhas, produzir bons vinhos, promovê-los, comercializá-los e afirmá-los nos mercados nacionais e, sobretudo, nos mercados externos. Para o futuro temos que fazer melhor. Este futuro, somos nós que o fazemos nas escolas, explorações vitícolas, empresas, sejam elas socieda-

des familiares, anónimas ou cooperativas. Terá de haver cada vez menos lugar para amadorismos e facilitismo e menos tolerância com quem prevarica. Trata-se de uma questão de mudança de atitude. De uma consciência cívica que tem de evoluir e que depende de um investimento maior nas novas gerações. Só com uma maior cultura de exigência, uma nova atitude perante o mercado e o valor do legado dos nossos antepassados, conseguiremos colocar o Douro no lugar que os Durienses merecem, em consonância com a excelência da paisagem e dos produtos que produzem.

No legado dos nossos antepassados está a Denominação de Origem Vinho do Porto, que esteve justamente no centro das comemorações que agora terminam, mas também a paisagem, a expressão da determinação e da ousadia humana. A expressão de uma relação singular e sustentável com os elementos naturais, determinada por uma sábia gestão da escassez de solo, água – tanto do excesso como da carência – e do declive do terreno. Estamos pois perante uma produção vitícola, fruto de uma cumplicidade de excelência entre a paisagem e os produtos, de uma qualificação da memória cultural e de afirmação internacional da tradição. Da parte do mercado e dos agentes que nele operam, tem de se explorar a margem de manobra e receptividade existente para que o valor mercantil do produto possa reflectir, valorizando, as formas de produção mais consentâneas com a preservação/valorização da paisagem de excelência. Os viticultores são os “actores” mais importantes nesta salvaguarda, tendo a legítima expectativa do acesso a medidas que visam compensar a perda de rendimento ou o aumento de custos para a manutenção dos elementos essenciais do padrão tradicional da paisagem.

No entanto, a concretização de grande parte das medidas de requalificação e salvaguarda previstas no Plano de Gestão apresentada à UNESCO, dependem da iniciativa e das competências das autarquias que com urgência terão de encontrar a fórmula institucional de actuar de forma concertada e competente no território.

Estou convicto que os Durienses, como já o provaram ao longo da sua história, estarão à altura do desafio de honrar os que nos deixaram este Bem de valor universal inestimável, que têm a obrigação moral de cuidar, valorizar e legar às gerações futuras.

**Não está só nas mãos
do Estado inverter
esta situação, mas
pode contribuir**